

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Folha de São Paulo*

Class.: 75

Data: 31 de Janeiro de 1982

Pg.: \_\_\_\_\_

31.1.82  
FSP

### Jari, negócios e patriotadas

JORGE WILHEIM

O presente artigo não me tornará popular naquelas hostes, repartidas entre a direita e a esquerda que, sob o disfarce de um discurso nacionalista, revelam acreditar simploriamente que todo pecado reside no estrangeiro. Este maniqueísmo xenofóbico viceja e alastra-se facilmente, donde o seu perigo, pois substitui o penoso ato de pensar, de refletir, pelo fácil e instintivo alinhamento atrás de boçal afirmação: todo mal vem de fora, nós somos ótimos! Este preconceito é retoricamente usado, vez por outra, para mobilizar a opinião pública em defesa de causas duvidosas. Como, por exemplo, a causa da "nacionalização" do projeto Jari em que vimos empenhados o SNI, o ministro Delfim e o empresário Antunes, contando com ocasional aplauso de pessoas consideradas "de esquerda".

Não me conto entre aqueles que hoje vibram de verde-amarelos fervores pelo recente êxito do ministro Delfim: a substituição do empresário norte-americano Ludwig por um grupo de 23 empresários brasileiros. Tenho a impressão que este "êxito" constitui mero alívio do governo por ter resolvido um problema que só ele criou. E fico a matutar se o problema foi criado por incompetência, por premeditada má fé, ou por "nacionalismo" primário, uma patriotada leviana.

As informações que recolhi, nestes anos, da imprensa, revelam o seguinte: o octogênio empresário, a convite de Roberto Campos na qualidade de ministro do Planejamento, investiu em 13 anos (1967-80) cerca de 800 milhões de dólares de seu bolso (ou de financiamentos externos por ele bancados) implantando um ambicioso projeto agroindustrial de escala incógnita (1,6 milhão de ha.).

Depois de 8 anos de experiências genéticas, do maior alcance para a futura utilização dos 9 milhões de hectares de várzeas amazônicas, obteve uma espécie de arroz que produz 5 ton/ha por safra, com duas safras anuais (a média brasileira é de 3 toneladas). Após algumas experiências frustradas, no setor de reflorestamento, acabou plantando 110.000 ha. com relativo atraso na programação econômica; trouxe do Japão, fluindo sobre um navio, uma moderníssima fábrica de celulose que incorpora as exigências antipoluidoras que passarão a ser exigidas nos EUA apenas em 1983; já hoje exporta 600 t/ano de uma celulose de ótima qualidade. Descobriu e iniciou a exploração de uma mina de caulim, de excelente qualidade e já apresentando superávit.

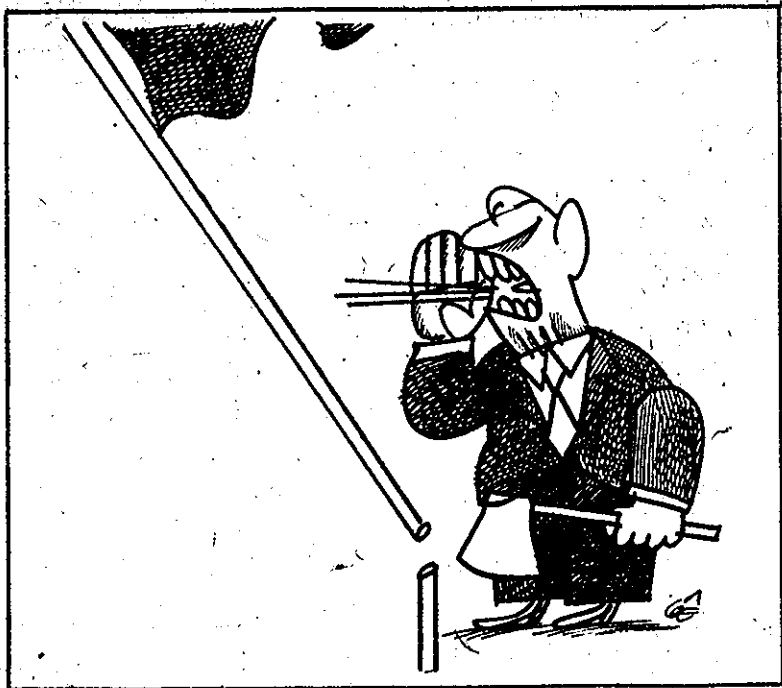
Como suporte para esses empreendimentos que criaram por ora 3 mil empregos e de cuja fase experimental participaram cerca de 80 técnicos escolhidos por sua experiência em condições semelhantes no Havaí, Angola e Indonésia, Ludwig construiu, com recursos próprios, um porto fluvial e uma vila residencial com escola, hospital, equipamento e infra-estrutura.

Quanto custou isto ao Brasil? Nada. Quanto investiu o Tesouro Nacional? Nada. Fê-lo para "sacanear" brasileiros ou, ao contrário, por beneficência? Nem uma coisa nem outra. Investiu pesadamente para ter lucros correspondentes: quis aproveitar os recursos naturais (subsolo, solo, espaço, clima) transformando-os em produtos compatíveis com futuras demandas, globais: alimentos e celulose; um bom negócio, feito com muito capital, planejamento, visão e empenho.

Qual a contrapartida solicitada, desde o início, pelo empresário ao governo? Que este veiculasse, em tempo útil, a titulação das terras legalmente adquiridas e que assumisse a operação dos serviços de infra-estrutura, saúde e educação por ele implantados. O governo, ao iniciar-se o empreendimento, assumira estes compromissos; posteriormente, deixou de honrá-los, passando, muito ao contrário, a dificultar ao máximo a titulação da terra e, conseqüentemente, a programação agrícola, de reflorestamento e de produção de celulose; os principais obstáculos foram aparentemente gerados pelo Gebam (Grupo Executivo do Baixo Amazonas) do Conselho de Segurança Nacional, tardiamente mobilizado para uma questionável defesa dos interesses pátrios.

Face às dificuldades criadas e à pouca confiabilidade inspirada por um governo que mudara sua atitude, agravadas por percalços onerosos pouco conhecidos, na implantação de alguns setores do projeto, o empresário Ludwig desistiu; anunciou em 1980 que cessara de investir e que, face às dificuldades crescentes impostas pelas autoridades, deixaria de pagar as próximas parcelas de amortização de um empréstimo externo que recebera aval do BNDE. Para as autoridades brasileiras, a brincadeira de hostilizar estrangeiro passou a constituir um sério problema de curto prazo: desembolsar dinheiro para pagar dívidas.

Ignoro se então, isto é, se apenas então, teria o ministro Delfim assumido as rédeas de encaminhar uma solução. De qualquer modo, esta foi encontrada: 23 empresários nacionais do maior porte, liderados pela competência empresarial do sr. Antunes (8 bancos, 2 seguradoras, 4 grupos ligados à extração mineral, 1 holding, 7 empreiteiras de obras e apenas um grupo agroindustrial), prontificaram-se em adquirir parcelas do Projeto Jari. Ficaram fora da negociação a bauxita refratária e as plantações de arroz. Mas, para que isto ocorresse voltaram a funcionar as mencionadas "tetras governamentais", desta vez desnudadas pelo próprio ministro, participando o Banco do Brasil do "festim nacionalista": dos 280 milhões de dólares da compra, ele entrará com 180 (aliás, ações preferenciais sem direito a voto...). Comparem-se estes 36,4 bilhões de cruzeiros que o Banco do Brasil jogará no Jari, para permitir uma compra que poderia ter sido evitada, com os 12,5 bilhões que constituem o total de recursos prometidos com grande alarde pelo presidente Fi-



gueiredo para o assentamento de 300 mil colonos no País. Parte ponderável dos recursos que faltaram para cobrir a incompetência e o déficit da Previdência, "encontrados" pelo governo graças a um passa-moleque no Congresso e à oneração de empresas e assalariados, foram rapidamente mobilizados pelo ministro Delfim para convencer os empresários que costumam atender a suas convocações. Inegavelmente este evento comprova quanto governar ainda seja, antes de mais nada, uma ação entre amigos.

Por outro lado, em um país pobre em capitais, é igualmente espantosa a facilidade com que aderiram à empreitada, os novos donos do Jari; aparentemente não há dificuldade de investir em 3 anos os 60 milhões de dólares que caberão a 22 empresários, aos quais se acrescentam 40 milhões, valor atribuído à mina de caulim, anteriormente adquirida de Ludwig pelo Grupo Antunes. O presidente da Atlântica Boa Vista disse à "Veja" que "o governo acha que é útil, que é preciso fazer — então eu faço: Não perdi 10 segundos lendo a proposta". O presidente da Sul-América disse que "imediatamente concordei" com o pedido de participação. E assim por diante, empresários perflaram-se atendendo à "convocação do Delfim".

De duas uma: ou se trata, como creio, de um bom negócio para os novos donos, orquestrado com competência empresarial pelo sr. Antunes e para o qual o governo se comprometeu em conseguir facilidades (as mesmas solicitações negadas a Ludwig já foram prontamente garantidas aos novos donos); ou está havendo no País sobra de capitais e de promotores, os quais poderiam ter sido encaminhados pelo governo para outras áreas e outros negócios, criando empregos e riquezas novas, em lugar de meramente substituir um empreendimento já implantado e que apenas vinha sendo dificultado por autoridades.

Mas, também convém aproveitar o fato para uma reflexão sobre "nacionalismo", uma vez que a compra tem sido aplaudida em setores de oposição. Se o espírito patriótico limitar-se a ser antilestrangeiro, não se avançará muito no caminho do desenvolvimento, pois frequentemente acabar-se-á fazendo o jogo dos agentes mais reacionários de nossa sociedade. Recorde-se que o "nacionalismo" do nazifascismo foi sua grande arma de cooptação da opinião pública, ao canalizar ódios, invejas e revanchismo, contra inimigos inventados e considerados externos à nação. Hoje, em uma economia mundial crescentemente transnacionalizada, os conceitos de "interesse pátrio" não podem resumir-se à retórica provinciana, talvez perdável na década de 40. Defender um "projeto nacional"

não significa levantar hipotéticas muralhas isolacionistas e, sim, tirar proveito das contradições e brechas do transnacionalismo, que é um fato da economia capitalista, como lucidamente nos ensina Celso Furtado, entre outros. Para tal projeto deve-se responder, contudo, à pergunta de sempre: a quem deve beneficiar a política econômica nacional? E, se a resposta for "povo", há que evitar-se de colocar uma alternativa falsa: o explorador nacional ser fatalmente melhor do que o explorador estrangeiro. O problema essencial não está aí. Desconfio que para o trabalhador do Jari, não constitua grande ganho, passar a ser explorado por patrão brasileiro. Nem são os usineiros de Pernambuco conhecidos como melhores patrões do que, por exemplo, a Brascraft, a qual, por pagar salários mais altos do que os regionais, em 1978, na região do Paranapanema, recebeu a hostilidade de alguns fazendeiros locais, logo camuflada por campanha ecológica para a qual, com honestidade de propósitos, foram arrastadas diversas entidades e a opinião pública. E assim que a retórica nacionalista é usada frequentemente para mobilizar intenções justas e generosas, pondo-as a serviço de interesses particulares e reacionários.

É preciso refletir. Em lugar de retórica e demagogia, através das quais pessoas que se consideram de esquerda evidenciam ter uma mente de direita, mais ganharia a Nação se aprofundássemos critérios, conhecimentos e conceitos sobre qual o estilo de vida e o modelo de crescimento que nos convém e qual a decorrente articulação com a economia mundial que realmente beneficie nosso desenvolvimento, diminuindo nossa dependência. Desconfio que, ao final de tal debate, acabaríamos dando mais importância ao desenvolvimento nacional da tecnologia e da informática do que à aquisição de terras por parte de estrangeiros; menos preocupação pelo ingresso de capitais de risco e mais empenho em dar transparência às ações e controles financeiros estatais; e mais peso à prática democrática do que à obsessão exportadora.

Para encerrar, no que se refere ao Jari, resta-nos, ainda, desejar êxito à continuação da empreitada e que o espírito empreendedor do sr. Ludwig deixe sua marca e inspire os novos donos do Jari a seguir-lhe o exemplo: apesar de possuir herdeiros, legou ele toda a renda e o patrimônio do Jari a uma fundação dedicada à pesquisa contra o câncer, atitude esta muito comum entre empresários nacionais, não é?

Jorge Wilhelm arquiteto e urbanista, foi secretário de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo de 1975 a 1979 e coordenador da estratégia governamental daquele período.